

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

LADS/

PROCESSO Nº. : 10950-000.920/93-15
RECURSO Nº. : 83.853
MATÉRIA : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EX: DE 1993
RECORRENTE : CURTUME CENTRAL LTDA.
RECORRIDA : DRF EM MARINGÁ - PR.
SESSÃO DE : 14 de junho de 1996
ACÓRDÃO Nº. : 101-89.918

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - DECORRÊNCIA -
Os procedimentos principal e decorrente, apresentando o mesmo suporte fático, devem lograr igual sorte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CURTUME CENTRAL LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


EDISON PEREIRA RODRIGUES
PRESIDENTE


JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 12 JUL 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA, RAUL PIMENTEL, CELSO ALVES FEITOSA, SANDRA MARIA FARONI e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

Processo nº 10950/000.920/93-15

Recorrente: CURTUME CENTRAL LTDA.

Recurso nº: 83.853

Acórdão nº 101-89.918

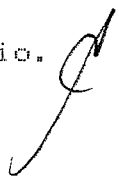
R E L A T Ó R I O

CURTUME CENTRAL LTDA., qualificado nos autos, recorre para este Conselho, contra decisão do Sr. Delegado da Receita Federal em MARINGÁ - PR., que julgou procedente o Auto de Infração de fls.05, lavrado para a cobrança da CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO, relativa aos meses de janeiro a maio de 1993, tendo como suporte fático lançamento efetuado na área do imposto de renda-pessoa jurídica, por arbitramento de lucro.

Nas fases impugnatória e recursal, a empresa desenvolve os mesmos argumentos apresentados no processo principal.

Apreciando o recurso interposto no processo principal, esta Câmara deu-lhe provimento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROCESSO Nº 10950-000.920/93-15
Acórdão nº 101-89.918

V O T O

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

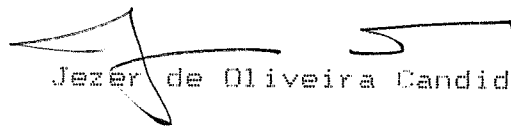
Trata-se de lançamento efetuado para a cobrança da CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO que teve como origem Auto de Infração lavrado na área do imposto de renda.

Considerando que o presente lançamento apresenta o mesmo suporte fático daquele efetuado na área do imposto de renda - pessoa jurídica, a decisão de mérito prolatada no segundo deve ser estendida ao primeiro para, dessa forma, guardar-se uniforme nos decisórios.

Apreciando as razões apresentadas no recurso interposto no processo principal, esta Câmara deu-lhe provimento.

Assim sendo, dou provimento ao presente recurso.

É o meu voto.



Jezer de Oliveira Candido, relator.